

EUA querem reduzir dívida do 3º Mundo

Pela 1ª vez, o Tesouro propõe a negociação direta entre devedores e bancos credores

MOISÉS RABINOVICI
Correspondente

WASHINGTON — O governo americano propôs ontem, pela primeira vez, a base de um plano para a redução voluntária do estoque e do serviço da dívida do Terceiro Mundo, com o uso de um recurso que provocou um impacto instantâneo: um *waiver* (perdão, dispensa) geral das cláusulas dos acordos entre bancos credores e países devedores que possam ser um obstáculo para as novas negociações, durante três anos.

"Resumindo: todos os credores não precisam mais ser tratados igualmente", afirmou Steve Dizard, da corretora Salomon Brothers. "A moratória nas cláusulas impeditivas dos acordos abre o caminho para muitos negócios", acrescentou. Um exemplo de um negócio que se tornará possível: os países devedores estarão livres para comprar sua própria dívida, no mercado secundário.

"Isto é o começo do começo", disse o senador Paul Sarbanes.

"Isto é um bom começo", reagiu o presidente do Banco de Tóquio, Yusuke Kashiwagi.

"Afinal, os Estados Unidos endossaram a idéia de redução

da dívida", exclamou o senador Bill Bradley.

"Um avanço brutal", comentou o presidente do Bank of America, William Clausen.

O discurso do secretário do Tesouro, Nicholas Brady, surpreendeu. A nova proposta foi apresentada como uma evolução do Plano Baker, de 1985, que receita novos empréstimos aos países que reformarem estruturalmente suas economias, e não, como muitos esperavam, "uma revolução".

A revisão da estratégia americana demonstrou, segundo Brady, que os princípios fundamentais do Plano Baker são ainda vigorosos: "O crescimento é essencial para uma solução dos problemas da dívida, os países devedores não vão alcançar suficientes níveis de crescimento sem reforma, os países devedores continuarão precisando de recursos externos, e as soluções devem ser tomadas caso a caso".

Brady acrescentou que seis grandes devedores obtiveram 4% de crescimento em 1988, sem nomeá-los, graças à privatização de empresas públicas, à abertura dos portos ao comércio e investimento estrangeiro, ao esforço de redução do déficit e à menor transferência dos lucros obtidos com a exportação. Ele falou das democracias emergentes na América Latina, e admitiu: "O povo desses países fez sacrifícios substanciais, e ganhou a nossa admiração. Temos de trabalhar juntos para

transformar estes sacrifícios em benefícios tangíveis e duradouros".

Com as opções dos pacotes negociados desde 1987, o estoque da dívida foi reduzido em US\$ 24 bilhões. Mas "graves problemas" continuam, como a fuga de capitais que secou as reservas dos países devedores, e como a inflação incontrolável. Enquanto o volume de créditos dos bancos comerciais têm diminuído, o das instituições multilaterais começou a crescer. Isto pode fazer com que o problema da dívida passe dos bancos privados para as instituições internacionais.

Depois de descrever "estas realidades", Brady considerou seis novos passos que talvez contribuam para "um esforço comum".

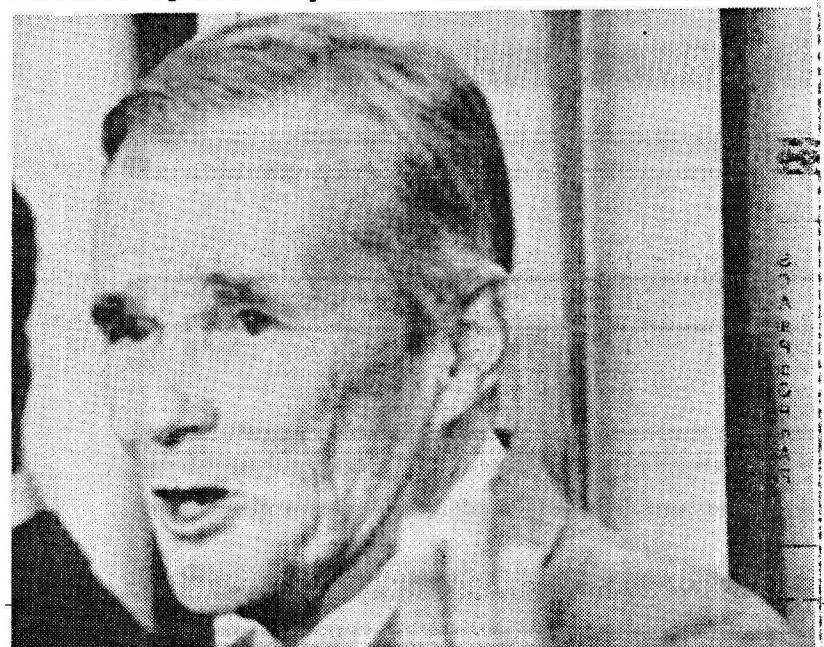
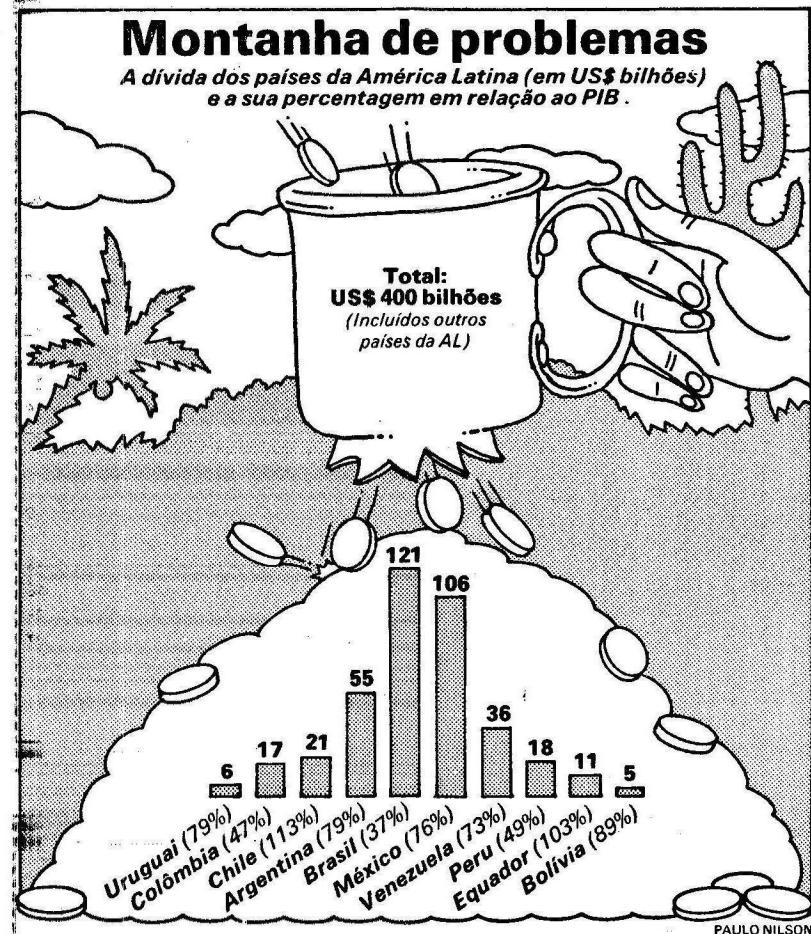
"1º) Obviamente, os recursos financeiros estão raros. Podemos usá-los com mais eficiência? 2º) Precisamos reconhecer que a reversão da fuga de capital oferece uma grande oportunidade, pois em muitos casos este capital é maior do que a dívida. 3º) Não há substituto para políticas corretas. 4º) Temos de manter o papel importante das instituições financeiras internacionais e preservar sua integridade financeira. 5º) Devemos encorajar a redução da dívida e do serviço da dívida numa base voluntária, enquanto reconhecemos a importância de novos empréstimos. Finalmente: precisamos juntar

estes elementos para dar aos países devedores maior esperança no futuro."

A proposta do governo americano enfatiza a importância de um forte crescimento nos países devedores, bem como a necessidade de reformas e suporte financeiro.

A maior inovação na proposta feita pelo secretário Brady foi apresentada entre as várias alternativas para se obter uma redução da dívida e do serviço da dívida, e ainda manter um fluxo de dinheiro novo. "Diversas formas de apoio financeiro devem florescer, e restrições precisam ser relaxadas. Sendo específico: os compromissos negativos (como o que impede o Brasil de comprar a própria dívida no mercado secundário) e de participação (sharing, pelo qual, por exemplo, todos os bancos são tratados da mesma maneira) que existem nos acordos são uma barreira substancial à redução da dívida."

Brady chamou a dispensa ou perdão (waiver) das cláusulas nos contratos entre bancos e países devedores de "elemento-chave" da sua proposta. "Os waivers podem acelerar rapidamente o caminho da redução da dívida e repassar diretamente os benefícios para os países devedores." O Secretário Brady não tem dúvida de que os bancos continuarão oferecendo dinheiro novo, especialmente porque a credibilidade dos países devedores deverá aumentar.



Brady: "As soluções devem ser tomadas caso a caso"